

## NAS ESTANTES DAS BIBLIOTECAS, GÊNEROS E SILÊNCIOS

*Adonai Takeshi Ishimoto*

Graduando em Biblioteconomia,  
Ciências da Informação e  
Documentação na Universidade de  
São Paulo.

E-mail: [adonai.ishimoto@usp.br](mailto:adonai.ishimoto@usp.br)

*Dantielli Assumpção Garcia*

Doutora em Estudos Linguísticos  
pela Universidade Estadual Paulista  
Júlio de Mesquita Filho.

E-mail: [dantielligarcia@gmail.com](mailto:dantielligarcia@gmail.com)

*Lucília Maria Abrahão Sousa*

Livre-docente em Ciências da  
Informação e da Documentação.  
Professora do Programa de Pós-  
Graduação em Ciência, Tecnologia e  
Sociedade da Universidade Federal  
de São Carlos.

E-mail: [lucialiamsr@ffclrp.usp.br](mailto:lucialiamsr@ffclrp.usp.br)

### RESUMO

Partindo da perspectiva teórica da Análise de Discurso (ORLANDI [1993] 2007), analisaremos como a ausência/presença de livros LGBT em duas bibliotecas particulares abertas ao público da cidade de Ribeirão Preto, interior do estado de São Paulo, faz presente um discurso médico-religioso que impõe a matriz heterossexual como normal, aceitável aos sujeitos, impedindo que outros dizeres sobre os sujeitos LGBT estejam nos livros ali representados.

**Palavras-chave:** Bibliotecas. LGBT. Análise de Discurso. Gênero.

### ON THE SHELVES OF LIBRARIES, GENDERS AND SILENCES

### ABSTRACT

Based on the theoretical and methodological assumptions of Discourse Analysis (ORLANDI [1993] 2007), we investigate how both absence and presence of LGBT books in two private libraries open to the public in the city of Ribeirão Preto, State of São Paulo, illustrate a medical-religious discourse that imposes the heterosexual matrix as normal, acceptable to subjects, preventing other sayings about LGBT subjects from being in the books represented there.

**Keywords:** Libraries. LGBT. Discourse Analysis. Gender.

### DIZERES INICIAIS

Neste trabalho, sob a perspectiva teórica da Análise Discursiva, pretendemos refletir acerca da ausência/presença de livros LGBT em duas bibliotecas privadas da cidade de Ribeirão Preto, interior do estado de São Paulo, abertas ao público. Nosso texto divide-se em três momentos. Inicialmente, faremos uma discussão teórica em torno da

noção de silêncio<sup>1</sup> (ORLANDI, [1993] 2007), buscando pensar como há uma política do silêncio em funcionamento nas bibliotecas ao contarem ou não em seu acervo com livros LGBT. Em seguida, discutiremos como tem sido, na trama social, imposta uma censura às identidades de gêneros que escapam da matriz heterogênero. Por fim, traremos uma análise das bibliotecas consultadas, mostrando como a temática LGBT, na ausência, faz-se presente.

## 1 O SILÊNCIO E SUAS POLÍTICAS

A Análise do Discurso (AD) de linha francesa tem como grande teórico fundador Michel Pêcheux que, ao elaborar a teoria discursiva em 1969, propõe novos olhares para o discurso e instaura reflexões acerca dos processos históricos de produção de sentidos, formulando novos gestos de leitura, apontando a opacidade da linguagem e inaugurando, assim, um novo campo teórico-científico rico em conceitos e noções fundamentais para a teorização do discurso – seu objeto teórico – e o funcionamento das práticas discursivas entre/por sujeitos, atravessados pela ideologia e em suas relações com a história. Para este trabalho, interessa-nos o conceito de silêncio, teorizado por Orlandi (2007), presente na teoria da AD de Pêcheux<sup>2</sup> e é esse conceito complexo que abordaremos e discutiremos aqui para propor uma reflexão em torno da ausência/presença de livros LGBT nas estantes de bibliotecas da cidade de Ribeirão Preto.

Para Orlandi (2007), “O silêncio não é mero complemento de linguagem. Ele tem significância própria” (ORLANDI, 2007, p.23), ou seja, sua significação e seu funcionamento permitem os movimentos de recuo para determinar o sentido, funcionando continuamente, atravessando palavras e sendo parte constitutiva dos processos de significação. Então, “o silêncio é assim a ‘respiração’ (o fôlego) da significação; um lugar de recuo necessário para que se possa significar, para que o sentido faça sentido” (ORLANDI, 2007, p.13). É capaz, portanto, de significar e de produzir efeitos de sentido. A autora aponta que ele é tão opaco quanto a linguagem. E ainda é o “espaço”

---

<sup>1</sup> É importante pontuar que, para a discussão da noção de *silêncio* neste artigo, levamos em consideração somente os trabalhos de ORLANDI ([1993] 2007), pois ela é a teórica da Análise de Discurso que elaborará esse conceito e o mobilizará em análises discursivas. Outros autores da área que trabalham com essa noção retomam seus trabalhos (por isso não os mobilizaremos em nossas discussões).

<sup>2</sup> “O silêncio dentro da teoria discursiva da Análise do Discurso de filiação francesa (AD) escapa da ideia de ausência de sentidos e significados” (BASTOS, PACÍFICO & ROMÃO, 2011, p.628).

que permite a significação, constituindo palavras e as atravessando. Outro ponto importante é que não trabalhamos o silêncio como sinônimo de falta, vazio ou inexistência, mas sim como fundante, significativo e necessário. Em outros termos,

o silêncio não se reduz à ausência de palavras. As palavras são cheias, ou melhor, são carregadas de silêncio. Não se pode excluí-lo das palavras assim como não se pode, por outro lado, recuperar o sentido do silêncio só pela verbalização (ORLANDI, 2007, p.67).

Além de ser significativo, também tem suas formas, sendo dividido em silêncio fundador e política do silêncio. Esta última subdividida em dois: o constitutivo (quando falamos certas palavras, necessariamente silenciaremos outras possíveis) e o local (censura). Primeiramente, o silêncio fundador é constitutivo, aquele que tem significação própria e permite significar, produzir sentidos, o qual, de acordo com Orlandi (2007), é tido como horizonte, em que o sentido pode sempre ser outro. Essa forma do silêncio trabalha entre palavras, atravessando-as e produzindo efeitos de sentido, nos limites das formações discursivas, isto é, “trabalha nos limites do dizer, o seu horizonte possível e o seu horizonte realizado” (ORLANDI, 2007, p.91).

O silêncio constitui os espaços entre as formações discursivas<sup>3</sup>, entre os seus limites e, assim, oferece as condições para significação. Melhor dizendo, “é no silêncio que o movimento dos sentidos é possível e que as diferentes formações discursivas podem ser transpostas” (OLIVEIRA, 2013, p. 282). É, dessa forma:

o princípio de toda significação. Ele não está apenas entre as palavras, mas também as constitui. Como condição de significação, do silêncio resulta uma incompletude constitutiva da linguagem, em que a ausência do silêncio implica a falta de sentido pelo excesso do dizer (LAMPOGLIA, MIOTELLO, ROMÃO, 2012, p.138).

---

<sup>3</sup> Pêcheux (1995, p.160) afirma que formação discursiva é “aquilo que, numa formação ideológica dada, isto é, a partir de uma posição dada numa conjuntura dada, determinada pelo estado da luta de classes, determina o que pode e deve ser dito”. E de acordo com Orlandi (2007, p.157), temos que “as formações discursivas já representam recortes do interdiscurso. São regiões de sentidos já dimensionados, situados no conjunto do dizível e que representam as diferentes determinações do social, do político e do histórico. Em seu conjunto elas constituem o interdiscurso. Ninguém tem, pois, acesso ao conjunto do dizível (o interdiscurso), só a porções dele”.

A partir desse princípio, compreendemos a noção de incompletude, dando condições para o desenvolvimento e funcionamento da polissemia. Como dito por Orlandi (2007, p.154), “o silêncio é a condição de possibilidade de o dizer vir a ser outro. No silêncio, o sentido ecoa no sujeito”. Essa condição permite a possibilidade de múltiplos sentidos (polissemia), uma vez que os sentidos são cada vez mais possíveis com a instalação do silêncio (ORLANDI, 2007). E concordamos que “todo dizer precisa da falta, todo discurso e todo sujeito são incompletos” (OLIVEIRA, 2013, p.275).

Sob a ótica de Orlandi (2007, p.155), “o incompleto é também o possível. A polissemia é função da incompletude e, tal como o estamos tratando, o silêncio é um dos modos de compreender a incompletude”. O silêncio, portanto, produz a incompletude constitutiva e fundamental da linguagem capaz de movimentar e jogar com os deslocamentos de sentido, dando possibilidades de movimentos e percursos entre paráfrase e polissemia, um e múltiplos.

Amarrando as noções de incompletude e formações discursivas, concordamos que “podemos considerar o silêncio como parte da incompletude que trabalha os limites das formações discursivas, produzindo tanto a polissemia (o a-dizer) quanto o já-dito” (ORLANDI, 2007, p.91). Desse modo, a relação com o silêncio é uma relação com o sentido. Orlandi (2007) explica que temos uma correspondência fundamental com o silêncio para constituir sentidos, tal ligação fornece espaço para o múltiplo, para os deslocamentos de sentidos. O silêncio garante os deslocamentos de sentidos. Por isso “estar no silêncio é uma das formas de estar no sentido” (ORLANDI, 2007, p.172).

Compreendemos, assim, que o silêncio fundador é “aquele que existe nas palavras, que significa o não-dito e que dá espaço de recuo significante, produzindo as condições para significar” (ORLANDI, 2007, p. 24). E essa forma diferencia-se das outras definidas pela autora:

a diferença entre o silêncio fundador e a política do silêncio é que a política do silêncio produz um recorte entre o que se diz e o que não se diz, enquanto o silêncio fundador não estabelece nenhuma divisão: ele significa em (por) si mesmo (ORLANDI, 2007, p.73).

Sobre a política do silêncio, Orlandi (2007) marca duas subdivisões. A primeira subdivisão é o silêncio constitutivo, ponto pelo qual todo sujeito ao dizer, silencia necessariamente outros possíveis dizeres, que tomariam outros caminhos na significação

e na retomada dos sentidos. O silêncio constitutivo, portanto, está funcionando em uma situação discursiva dada, na qual o sujeito diz e movimenta sentidos que obrigatoriamente silenciam outros possíveis, que convêm, para a situação sócio-histórica dada, permanecerem em silêncio. Desse modo,

como o sentido é sempre produzido de um lugar, a partir de uma posição do sujeito – ao dizer, ele estará, necessariamente, não dizendo “outro” sentidos. Isso produz um recorte necessário no sentido. Dizer e silenciar andam juntos (ORLANDI, 2007, p.53).

Ainda segundo a autora, o silêncio é necessário ao dizer. Para poder enunciar palavras de uma região de sentidos, o sujeito “apaga” outros sentidos que poderiam estar funcionando ali, mas que, para dizê-los, movimentaria outra região de sentidos, outra formação discursiva. Isto é,

se diz “x” para não (deixar) dizer “y”, este sendo o sentido a se descartar do dito. É o não-dito necessariamente excluído. Por aí se apagam os sentidos que se quer evitar, sentidos que poderiam instalar o trabalho significativo de uma “outra” formação discursiva, uma “outra” região de sentidos (ORLANDI, 2007, p.74).

Outra forma do silêncio (segunda subdivisão) é o silêncio local. Essa forma produz a interdição de certos dizeres, censurando possíveis discursos, “é uma estratégia política circunstanciada em relação à política dos sentidos: é a produção do interdito, do proibido” (ORLANDI, 2007, p.75). Do lado opressor, é proibido o uso de certas palavras para tentar impedir/interditar possíveis sentidos que não são do interesse da ideologia dominante. “Assim concebida, a censura pode ser compreendida como a interdição da inscrição do sujeito em formações discursivas determinadas” (ORLANDI, 2007, p.76). Há, pois, uma imposição do que não pode ser dito do dizível, ou seja, palavras silenciadas para manter certos sentidos não-ditos, não-atualizados para a situação dada.

Todavia, o silenciamento da opressão faz parte do jogo de relações estabelecido com a resistência, isto é, com a “retórica da resistência” (ORLANDI, 2007), da qual é resposta, do lado oposto do opressor, que faz funcionar outros movimentos para escapar dos interditos, apontar para o silêncio e significar, uma vez que “censura e resistência trabalham a mesma região de sentidos” (ORLANDI, 2007, p.111). Logo, a censura trabalha com a interdição dos sentidos, e não a falta; trabalha, portanto, com o silenciamento de

certos sentidos. Buscando as palavras da autora, concordamos que “o silêncio que é feito sobre uma certa região de sentidos é carregado de palavras a não serem ditas. E é por isso mesmo que elas significam. Socialmente” (ORLANDI, 2007, p.112). Tal interdição, já produz efeitos nos sentidos, produzem deslocamentos que significam no silêncio, construindo outras possíveis significações, mas que não são ditas.

Dessa maneira, lembramos que as palavras, os sentidos, não pertencem ao sujeito e sim, são atravessadas pela ideologia e por outros dizeres pré-construídos que formam a memória discursiva, de tal forma que os sentidos, os dizeres e as palavras significam e retomam elementos do já-dito, produzindo efeitos de acordo com a formação discursiva e ideológica do sujeito em uma conjuntura dada, ou seja, “as palavras, expressões, proposições etc. mudam de sentido segundo as posições sustentadas por aqueles que as empregam” (PÊCHEUX, 1995, p.160). E também, pelas palavras de Orlandi (2005, p.31), “o interdiscurso disponibiliza dizeres que afetam o modo como o sujeito significa em uma situação discursiva dada”. Por isso, o silêncio permite a significação mesmo quando a censura tenta barrar certos sentidos, os quais, no discurso e nos dizeres, o sentido continua significando, deslocando, funcionando de maneira incontrolável, pois

esse é o risco dos sentidos. Não há discurso estanque que os torne de todo ‘controláveis’ nem discurso que garanta uma correspondência estrita aos lugares (posições) em que são produzidos. Uma vez postos em circulação, eles podem se deslocar por qualquer ponto dos processos discursivos (ORLANDI, 2007, p.117).

E é nesse funcionamento “descontrolado”, no qual os sentidos são postos em circulação, que censura e resistência permanecem em jogo. A resistência está nos deslocamentos de sentido, nas derivas que o discurso proporciona, já que “todo discurso é intrinsecamente suscetível de tornar-se outro, diferente de si mesmo, se deslocar discursivamente de seu sentido para derivar para um outro” (PÊCHEUX, [1983] 2006, p. 53). Logo, “censura e resistência jogando, cada uma de seu lado, o mesmo jogo de sentidos” (ORLANDI, 2007, p.123): a resistência se instala para funcionar conjuntamente com a censura, e o silêncio permanece como o lugar para o sujeito significar, produzir sentidos. Nesse caminho, o silêncio, como já dito, é espaço para a produção da polissemia, para funcionar outros possíveis e múltiplos sentidos. “Quanto mais se nega a multiplicidade de sentidos, mais ela é aparente” (ORLANDI, 2007, p.113). Essa

multiplicidade não é linear, e sim percorre por todas as direções, produzindo uma simultaneidade de movimentos, deslocamentos e retomando outros percursos.

Na análise das bibliotecas, mostraremos como uma política de silenciamento funciona. Ao não contar com um acervo LGBT, as bibliotecas censuram os seus sujeitos-leitores a terem contato com obras desse universo e, na ausência, produz a presença de sentidos para questões de gêneros/sexualidades.

## **2 GÊNEROS, SEXUALIDADES E SUJEITOS**

Uma política de silenciamento, pela via da censura, como veremos na análise sobre as bibliotecas, tem sido posta em funcionamento na trama social ao falarmos sobre identidades de gêneros, as quais estão continuamente se construindo e se transformando. Como afirma Louro (1997, p. 28), os sujeitos, em suas relações sociais, interpelados por diferentes discursos, símbolos, práticas, vão se construindo como masculinos ou femininos:

arranjando e desarranjando seus lugares sociais, suas disposições, suas formas de ser e de estar no mundo. Essas construções e esses arranjos são sempre transitórios, transformando-se na articulação com histórias pessoais, as identidades sexuais, étnicas, de raça, de classe. (LOURO, 1997, p. 28).

Esses arranjos e desarranjos dos lugares sociais dos sujeitos não se fazem sem tensão, sem resistência frente à matriz heterossexual, heterogênera (BUTLER, 2003; SWAIN, 2009) que é, muitas vezes, pelo funcionamento de dizeres sobre gênero e sexualidade que circulam na sociedade, imposta aos sujeitos como aceitável, autêntica e que contribui para a repetição de uma divisão binária dos sexos:

Fundada na procriação, a heterossexualidade aparece como uma instituição política que define papéis e status social, criando corpos atrelados aos gêneros feminino e masculino. Constroem-se assim identidades fictícias em torno do sexo biológico, erigindo a sexualidade em essência do ser. (SWAIN, 2009, p. 23).

Como afirma Butler (2003, p. 198), é imprescindível manter uma conexão não casual e não redutiva entre gênero e sexualidade, sendo esse sistema sexo-gênero, de

acordo com Lauretis (1994, p. 212), tanto uma construção sociocultural quanto um aparato semiótico, um sistema de representação que:

Atribui significação (identidade, valor, prestígio, posição de parentesco, status dentro da hierarquia social etc.) a indivíduos dentro da sociedade. Se as representações de gênero são posições sociais que trazem consigo significados diferenciais, então, o fato de alguém ser representado ou se representar como masculino ou feminino subentende a totalidade daqueles atributos sociais (LAURETIS, 1994, p. 212).

Para constituírem-se como sujeitos, os indivíduos também são afetados por discursos acerca da(s) sexualidade(s) e do(s) gênero(s) que os interpelam e que os permitem identificar-se ou não com determinada posição social de gênero. Esses discursos, parafraseando Butler (2003), regulam a sexualidade por meio do policiamento e da censura do gênero, dizendo, por exemplo, o que pode/deve o sujeito ler, saber, acessar em uma biblioteca sobre a temática LGBT.

O gênero, afirma Scott (1995, p. 88), é uma forma de dar significado às relações de poder, sendo um elemento constitutivo das relações sociais. A partir da ascensão da burguesia e da solidificação do modo de produção capitalista, da eleição da família nuclear burguesa como único espaço legítimo de vivência da sexualidade e da sociabilidade, as sexualidades e identidades de gênero diferentes da matriz heterogênera, heterossexista sofreram processos de patologização e silenciamentos. É o que podemos notar na análise, que passamos a explicitar na continuidade do texto, do acervo de duas bibliotecas de Ribeirão Preto – a Biblioteca Padre Euclides e a Biblioteca Cultural Altino Arantes – sobre a temática LGBT.

### **3 ANÁLISES: AS BIBLIOTECAS E OS LIVROS LGBT**

A Biblioteca Padre Euclides e a Biblioteca Cultural Altino Arantes são duas importantes unidades de informação particulares abertas ao público, localizadas na região central do município de Ribeirão Preto. Ambas inscreveram-se na história da cidade e, até hoje, atendem muitos leitores, servindo de espaço para pesquisa, leitura e lazer.

Inicialmente, a Biblioteca Padre Euclides pertence à Sociedade Legião Brasileira de Civismo e de Cultura e foi fundada em 1903 pelo Padre Euclides Carneiro. Essa biblioteca



é considerada a mais antiga do município e teve seu desenvolvimento a partir de ações sociais do Padre. Construída no primeiro andar de um edifício na Rua Visconde de Inhaúma, Centro, distinguindo o local em acervo, espaço infantil e espaço para leitura e estudo, a biblioteca funciona durante a semana, e, em sua proposta de missão, busca atender todos os grupos sociais da cidade de forma equitativa, como encontramos na página da Biblioteca na rede social Facebook<sup>4</sup> “sempre respeitando a diversidade”.

Já a Biblioteca Cultural Altino Arantes foi fundada por Dona Sinhá Junqueira no ano de 1956 e a própria estabeleceu que sua casa seria o espaço em que essa biblioteca fosse desenvolvida para atender os leitores da cidade. Com um acervo com mais de 40 mil livros, a biblioteca é mantida pela Fundação Educandário Cel. Quito Junqueira<sup>5</sup> e com cerca de 70 mil leitores cadastrados, oferece um acervo circulante distribuído pela mansão de Sinhá Junqueira. Localizada também na região central de Ribeirão Preto, na Rua Duque de Caxias, a Biblioteca atende cerca de 200 leitores diariamente, segundo os funcionários, aberta ao público durante a semana em horário comercial.

Desse modo, ambas as bibliotecas foram escolhidas por desempenharem um importante papel sociocultural para os cidadãos do município e por, historicamente, serem pontos de referência para acesso a materiais bibliográficos. Ambas as bibliotecas também não apresentam clara e detalhadamente a política de aquisição que mantêm os acervos, entretanto, como explicado por alguns funcionários, as duas bibliotecas recebem os livros de suas entidades mantenedoras e são tratados por suas bibliotecárias respectivas, sendo assim, boa parte dos títulos já estão previamente catalogados, classificados e “prontos” para entrar em circulação quando chegam nas unidades.

É do nosso interesse a temática dos livros LGBT, uma vez que são atuais os estudos na Análise do Discurso e que ainda necessitam de outros olhares dentro do campo da Biblioteconomia acerca da representatividade LGBT em bibliotecas. Por ser um tema presente e que afeta a sociedade como um todo, propusemo-nos a debruçar sobre o tema, refletir e analisar, e assim, desenvolver reflexões sobre o funcionamento da política do silêncio dentro dessas bibliotecas a respeito da ausência/presença de livros LGBT em seus acervos.

Nosso percurso de análise inicia-se com a visita a duas bibliotecas e com a constatação de que ambas praticamente não tinham um acervo com livros LGBT. Na Padre

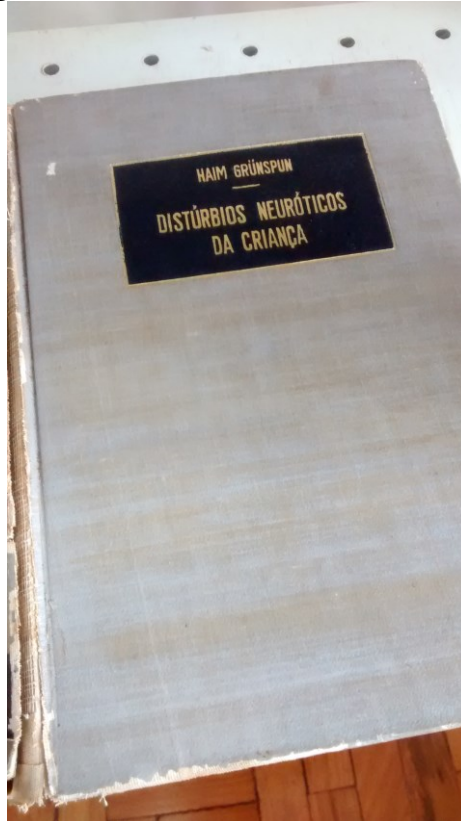
---

<sup>4</sup> Disponível em: [https://www.facebook.com/pg/bperp/about/?ref=page\\_internal](https://www.facebook.com/pg/bperp/about/?ref=page_internal)

<sup>5</sup> Disponível em: <http://www.educandariorp.com.br/index.php>

Euclides, pedimos para a funcionária procurar por livros LGBT ou sobre diversidade sexual. Na última palavra-chave que mencionamos, ela encontrou um livro: “Distúrbios neuróticos da criança” (1965), de Haim Grúnspon<sup>6</sup>, livro este que aborda a homossexualidade e o travestimento como distúrbio.

**Figura 1** - Distúrbios Neuróticos da criança

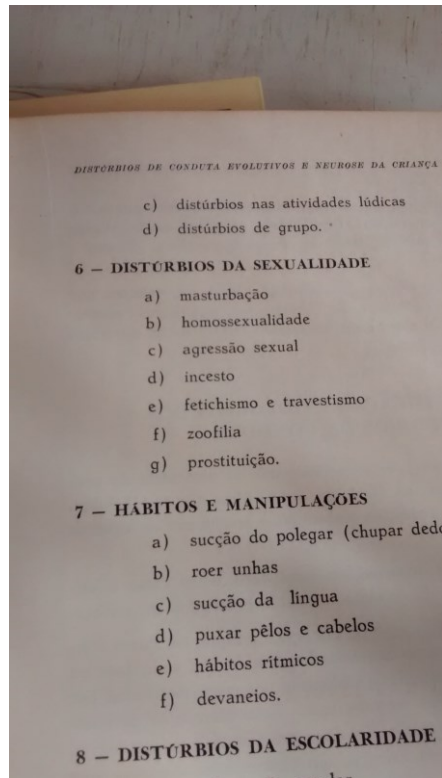


Fonte: Da autora.

---

<sup>6</sup> Psiquiatra, psicólogo, bacharel em Direito, professor e escritor, especialista em psicopatologia infantil, ocupou a cadeira 19 da Academia Paulista de Psicologia.

**Figura 2 - Distúrbios Neuróticos da criança**



Fonte: Da autora.

De acordo com Ades (s.d., p. 183), os manuais sobre distúrbios da criança que Haim Grúspun escreveu constituem uma base para o estabelecimento da Psiquiatria infantil entre nós brasileiros:

Foram três, *Distúrbios psiquiátricos da criança* (1961), *Distúrbios neuróticos da criança* (1965) e *Distúrbios psicossomáticos da criança* (1980). Tanto era o entusiasmo de Haim a respeito da área (refere-se aos “extraordinários progressos da Psiquiatria Infantil nos últimos anos”) que, já na introdução de *Distúrbios psiquiátricos*, um livro de 576 páginas, prometia os outros dois volumes, o segundo que acabou tendo 635 páginas, e o terceiro, 497 páginas. “Nem por isso”, reconhece, “teremos por esgotado o fascinante assunto” (Grúspun, 1961, p. xiv). No cerne de sua abordagem, estava a maneira de tratar problemas de comportamento em crianças não indiretamente, através apenas de uma ação dirigida aos pais e nem como se a criança fosse um adulto em miniatura. (ADES, s.d., p. 183).

Com o advento da modernidade, a sexualidade humana tornou-se objeto dos discursos acadêmicos e científicos, sendo uma experiência empreendida pela Medicina, pela Psicologia, pelo Direito dentre outras áreas do conhecimento científico. Como ressalta Foucault (1988), houve, principalmente entre meados do século XIX e início do

século XX, inúmeros discursos em torno da experiência sexual e a busca por um dizer científico sobre essa experiência, o que contribuiu para o surgimento de tentativas de normatização e normalização dos corpos. De acordo com Soares (2016, p. 29), retomando os estudos de Foucault (1988), o homossexual tornou-se personagem a partir do século XIX e sua conduta passou a ser medida em relação a sua sexualidade:

O homossexual, então, na perspectiva do modelo heterossexual tido como padrão em relação à sexualidade, era uma espécie desviante. E as práticas que fugissem ao padrão do heteroerotismo monogâmico eram condenadas, legitimando, no século XIX, a anti-homossexualidade, dessa forma, igualmente obrigatório. Ser homossexual então significava ser anormal em oposição a ser heteroerótico, fazendo com que os indivíduos com aquela “orientação” fossem identificados por uma categoria da sexualidade, a saber a homossexualidade. (SOARES, 2016, p. 29).

A heterossexualidade, nas sociedades contemporâneas, tem sido tratada como axioma, e essa suposição, aponta Soares (2016), impede que ela seja examinada, o que provoca um silêncio constantemente repetido na prática:

A heterossexualidade é tratada como se sempre lá, como se tivesse estado presente em todas as categorias mentais – por isso nunca é questionada. A homossexualidade ocupou a posição antagônica nessa normalidade, por isso pode ser questionada em qualquer tempo. (SOARES, 2016, p. 30).

No livro existente na biblioteca Padre Euclides, a homossexualidade e o travestismo são tratados como um distúrbio, ou seja, há uma patologização da sexualidade dos sujeitos, sendo esses tratados como doentes. Em 1980, a homossexualidade deixou de ser considerada uma doença pela Associação de Psiquiatria Americana. No Brasil, somente no início de 1985, o Conselho Federal de Medicina cedeu, passando a homossexualidade para o Código 260.9 sob a denominação “outras circunstâncias” – juntamente com o desemprego e o desajuste social. Já em relação às transexualidade e as travestilidades, essas ainda consideradas transtornos mentais pela Associação de Psiquiatria Norte-Americana (APA) e pela Organização Mundial da Saúde (OMS), contando no *Manual Diagnósticos e Estatístico de Transtornos Mentais* (DSM-APA) e do *Código Internacional de Doença* (CID-OMS). Como afirma Soares (2016, p. 58):

O silenciamento do sujeito homossexual é histórico: o cristianismo através da tentativa de classificar o seu comportamento como *desviante*,

*anormal* etc., cala esse sujeito, e, ao emudecê-lo, reforça e realça o que deseja mostrar nele; a medicina, ao ignorar a fala desse sujeito em virtude de simplesmente se *debruçar na descrição de uma doença*, retira o homossexual, no entanto, não permite que ele ocupe um outro lugar discursivo além de doente. (grifos do autor).

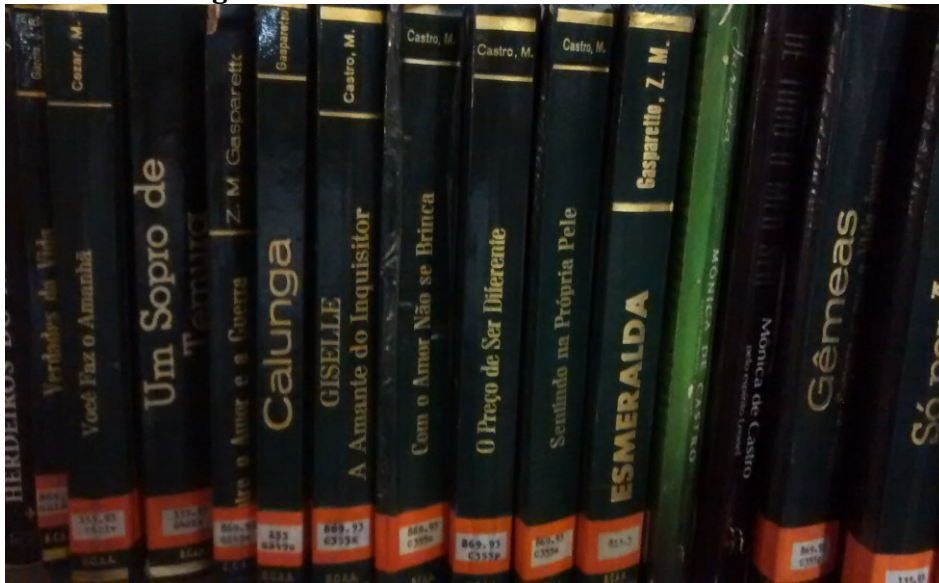
Ao contar com um único livro em seu acervo, a biblioteca Padre Euclides silencia outros sentidos possíveis à temática LGBT. Não apresenta suas lutas, seus movimentos em torno da garantia de direitos civis, seus encontros na sociedade heteronormativa. O efeito de sentido que o livro da biblioteca faz circular é que falar de homossexualidade/transsexualidade/travestilidade é falar de doenças mentais, de sujeitos doentes, que apresentam distúrbios. Mesmo apresentando um dizer, como é possível observar em sua página no Facebook, de “respeito a diversidade”, não é isso que materializa seu acervo, o qual, ao silenciar as reivindicações LGBT, violenta o sujeito com o rótulo de doente mental, neurótico.

Já na biblioteca Altino Arantes, encontramos um livro só (sem identificação na estante), como observado na imagem abaixo, chamado “O preço de ser diferente”, um romance espírita, que, segundo o funcionário, é o único livro encontrado da temática. Havia também, de acordo com o funcionário, o romance de Nelson Luiz de Carvalho, “O terceiro travesseiro”<sup>7</sup>, que foi furtado duas vezes e, então, a biblioteca, isto é, a entidade mantenedora da unidade e responsável pela compra de livros, desistiu de adquirir outros exemplares, uma vez que já pressupunham que, caso o livro fosse adquirido, ele seria roubado.

---

<sup>7</sup> Marcus e seu melhor amigo Renato se apaixonam e terão que enfrentar os problemas de uma sociedade machista e homofóbica. A trama se embarça ainda mais quando aparece outro personagem para desequilibrar a relação e afetá-la de outra forma. Mais informações disponíveis em: <https://www.skoob.com.br/o-terceiro-travesseiro-823ed1077.html>. Acesso em 28 nov. 2017.

**Figura 3** - Estante da biblioteca Padre Arantes



Fonte: Da autora.

O romance “O preço de ser diferente”, de Mônica de Castro, ditado pelo espírito Leonel, conta a história de Romero, jovem de 14 anos que vive com o pai Silas, a mãe Noêmia e a irmã Judite. Silas é violento, machista e um pai homofóbico que, ao descobrir uma relação homoafetiva do filho, o espanca e o expulsa de casa. Romero é ajudado por Dr. Plínio e tenta se reerguer, mas ao longo do livro continua sofrendo<sup>8</sup>.

Como dito anteriormente, as religiões, frequentemente, buscaram refletir sobre a questão da sexualidade, explicitando, muitas vezes, o que se espera dos sujeitos em termos de experiências de seus corpos. A doutrina espírita não foge a isso e também produz dizeres em torno do modo como considera as experiências sexuais e de gênero. Buscando responder se é ou não pecado fugir do padrão heterossexual, o espiritismo salienta que a sexualidade (seja essa homo ou heterossexual) é uma experiência pela qual os sujeitos deverão passar para evoluírem como espíritos<sup>9</sup>.

O único livro da biblioteca é um romance espírita, portanto, uma obra de ficção, e contar com um livro deste no acervo, de certo modo, também silencia as lutas por lugares legitimados dos sujeitos LGBT. Há um silenciamento, pelas bibliotecas, de outras regiões de sentidos nas quais dizeres acerca das sexualidades/gêneros também são constituídos. As bibliotecas sustentam seu acervo nas questões de saúde e religião, algo comum desde

<sup>8</sup> Resumo disponível em: <https://www.skoob.com.br/livro/333ED444>. Acesso em 28 nov. 2017.

<sup>9</sup> Disponível em: <http://www.blogdolivroespirita.com/2012/07/homossexualidade-na-visao-espirita.html>. Acesso em 09 abr. 2017.

o século XIX, quando a religião e a medicina esperavam normatizar e docilizar os corpos dos sujeitos.

Ambas as bibliotecas, segundo funcionários, aceitam sugestões de aquisição de títulos, entretanto, a sugestão é levada às entidades mantenedoras de cada biblioteca para avaliação do pedido de aquisição. Para ilustrar, a Biblioteca Cultural Altino Arantes recebe os livros já escolhidos, comprados e catalogados para entrar em circulação de maneira que há pouca flexibilidade em sugestões de títulos. Desse modo, na ausência de outros livros sobre a temática LGBT, a presença de discursos que compreendem as sexualidades/gêneros diferentes da matriz heterossexual como desviantes, anormais que precisam ser controlados sejam pela medicina ou pela religião.

#### **4 PARA CONCLUIR**

Neste trabalho, foi nosso objetivo refletir acerca da ausência, em duas bibliotecas de Ribeirão Preto, cidade do interior do estado de São Paulo, de livros LGBT, o que marca um modo de silenciar a circulação de dizeres sobre sexualidade, diversidade dentre outros. Em lugar dessa ausência e impossibilidade de falar sobre, inscreve a presença de discursos médico-religioso que impõem uma matriz heterossexual, considerada normal, saudável, aos sujeitos. Ou seja, impede que o jogo da polissemia possa ser movimentado em um espaço público de leitura, o que é na melhor das hipóteses um modo de impedimento das vozes que ali deveriam estar representadas nos livros.

#### **REFERÊNCIAS**

ADES, C. Pedro de Alcântara, Haim Grünspun e a Defesa da Criança – Discurso de Posse na Academia Paulista de Psicologia. **Boletim Academia Paulista de Psicologia** - Ano XXVIII, nº 02/08, p. 178-186.

BASTOS, G. G. PACÍFICO, S. M. R. ROMÃO, L. M. S. Biblioteca escolar: espaço de silêncio e interdição. **Liinc em Revista**, Rio de Janeiro, v.7, n.2, outubro, p.621-637. 2011.

BUTLER, J. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

FOUCAULT, M. **História da sexualidade I: a vontade de saber**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1988.

LAMPOGLIA, F.; MIOTELLO, V.; ROMÃO, L. M. S. De voz e de silêncio: discursividades dos jornais Última Hora e Folha de S. Paulo. **Todas as Letras**, São Paulo, v. 14, n. 1, p. 136-144, 2012.

LAURETIS, T. de. A tecnologia do gênero. In: HOLLANDA, H.B. de. (Org.). **Tendências e impasses: o feminismo como crítica da cultura**. Rio de Janeiro: Rocco, 1994.

LOURO, G. L. **Gênero, sexualidade e educação**. Uma perspectiva pós-estruturalista. Petrópolis: Vozes, 1997.

OLIVEIRA, C. B. de. **Calando para resistir: um estudo do silêncio em Raymond Carver**. 2013.

ORLANDI, E. P. **Análise de Discurso**: princípios e procedimentos. 6. ed. Campinas: Pontes, 2005.

\_\_\_\_\_. [1993]. **As formas do silêncio**: no movimento dos sentidos. 6. ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2007.

PÊCHEUX, M. [1983]. **O discurso**: estrutura ou acontecimento. 4. ed. Campinas: Pontes, 2006.

\_\_\_\_\_. **Semântica e discurso**: uma crítica à afirmação do óbvio. 2. ed. Campinas: UNICAMP, 1995.

SCOTT, J. W. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. In: **Educação & Realidade**. Porto Alegre, vol. 20, n. 2, jul./dez. 1995, p. 71-99.

SOARES, A.S.F. **A homossexualidade e a AIDS no imaginário de revistas semanais (1985-1990)**. Toledo: Editora Fasul, 2016.

SWAIN, T. N. Heterogênero: uma categorial útil de análise. In: **Educar**, Curitiba, n. 35, p. 23-36, 2009.

Recebido em: 17 de abril de 2017 Aceito em: 15 de fevereiro de 2018
--